

A autora agradece à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas de São Paulo, particularmente ao Dr. José Pastore, pela possibilidade de realizar esta análise, que integra um conjunto de trabalhos que se realizam, sob os auspícios do Ministério do Trabalho, com dados da PNAD-1973 fornecidos pela Fundação IBGE.

Por outro lado, agradece também à Dra. Carmen Barroso e Elza de Oliveira pelas sugestões apresentadas à versão original deste trabalho.

# ORIGEM SOCIAL, ESCOLARIDADE E OCUPAÇÃO

APARECIDA JOLY GOUVEIA

Da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da  
Universidade de São Paulo.

---

## RESUMO

Com base em dados da PNAD-1973 investiga-se a relação entre origem social, educação e ocupação comparando-se trabalhadores masculinos e femininos de São Paulo e do Nordeste. Embora os níveis de escolaridade de São Paulo sejam mais elevados, desigualdades educacionais associadas à origem social verificam-se tanto aí como no Nordeste. Conforme era de esperar, numa como noutra região, a posição ocupacional depende do nível educacional do trabalhador; entretanto, o "efeito" da escolaridade depende da origem social. Ser mulher não constitui uma vantagem para a obtenção de escolaridade mais com o mesmo nível de escolaridade as mulheres tendem a colocar-se em ocupações inferiores às dos homens.

## SUMMARY

Data from the 1973 Labor Force Survey (PNAD) are used to investigate the relationship between social origin, education and occupation in two unequally developed regions in Brazil, namely, São Paulo and the Northeast. Although levels of schooling are higher in São Paulo, a same pattern of social related educational inequalities prevails in the two regions. As expected, occupational positions is related to educational level, but the "effect" of education is not independent of social origin. Being a woman is not detrimental to the extent of schooling, but, even when controlled for education, women's positions tend to be lower than men's.

O problema das relações entre origem social, escolaridade e emprego insere-se numa linha de preocupações que não se restringem à esfera acadêmica. O interesse mais amplo que o tema tem despertado, prende-se, de um lado, à crença de que a educação constitui hoje fator importante na determinação do status ocupacional e conseqüentemente da situação econômica do indivíduo e, de outro, à esperança de que, por essa via, se possa contribuir para a redução das desigualdades sociais.

Tais noções têm sido alimentadas pela teoria do capital humano, teoria essa, entretanto, que tem sido objeto de algumas controvérsias, relacionadas com aspectos metodológicos e conceituais, mas, por outro lado, fundamentadas também na análise dos resultados de sua aplicação (Sobel, 1978).

De qualquer forma, mediatizada principalmente pela produtividade do trabalhador, como postula essa teoria, ou intrinsecamente mesclada com outros fatores, a relação entre educação e status merece atenção pois, no Brasil como em outros países, estimulada por generalizados anseios, a demanda efetiva por escolarização continua crescendo, sem que se tornem claras, entretanto, as conseqüências sociais da expansão dos sistemas escolares<sup>1</sup>.

Contudo, investigar a questão dos retornos da educação não significa necessariamente aceitar a idéia de que a possibilidade de mobilidade individual por essa via torna menos penosas as iniquidades sociais. Ao contrário, julgando-as indesejáveis, acredita-se que a preocupação com o problema poderá contribuir para o desvendamento dos mecanismos que as mantêm.

Essa crença inspira este trabalho, que, utilizando dados secundários, procura mostrar que medida, em nosso país, o grau de escolaridade alcançado por homens e mulheres se relaciona, de um lado, com a sua origem social; de outro, com o nível ocupacional em que se situam.

O papel da educação como canal de mobilidade social constitui interesse antigo entre os sociólogos que desde logo, porém, passaram também a preocupar-se com a influência da origem familiar na determinação dos níveis de escolaridade, desigualmente distribuídos na população. No Brasil, já em meados da década de cinquenta, realizava-se um "survey" destinado a investigar os dois aspectos do problema (Hutchinson, 1960). Abrangendo a cidade de São Paulo na época da política desenvolvimentista desencadeada por Kubitschek, que estimulou a instalação de grandes indústrias na área circunjacente, mas quando os efeitos da expansão das matrículas

escolares que então ocorria não se faziam ainda sentir no nível educacional da população adulta, esse estudo mostrou uma clara relação entre origem social, escolaridade e educação. Identificando níveis de escolaridade modais para as diferentes camadas sociais, a pesquisa indicou, além disso, o que tendia a acontecer quando o indivíduo não atingia o grau de educação "esperado" na camada de que provinha — mais freqüentemente do que os que se comportavam dentro da norma não era ele capaz de manter-se na posição que tinha ou tivera seu pai; por outro lado, ascendia na escala social quando ultrapassava o grau de escolaridade prevalente entre os indivíduos de igual origem.

Mais tarde, na década de sessenta, um estudo com objetivos semelhantes, baseado em dados referentes aos chefes de família residentes no plano piloto e cidades satélites de Brasília, revelou, igualmente, uma nítida relação entre origem social e educação, de um lado, e educação e status ocupacional, de outro. Entretanto, foi mais além: utilizando a técnica da análise de trajetória, mostrou que a influência da origem familiar na determinação do status ocupacional do indivíduo se efetuava não só através da escolaridade por esta propiciada mas, também, se exercia diretamente (ou através de outros canais, não identificados). Além disso, a partir das diferenças verificadas entre as várias faixas etárias em que se dividia a amostra, Rocha e Wilkening (1969), autores do estudo, foram levados a concluir que a influência da educação para a obtenção de determinados status ocupacionais estaria aumentando.

A conclusão semelhante chegou Holsinger (1975) analisando dados colhidos em 1959-60, nas cidades de Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Volta Redonda, que indicavam ser a correlação (de ordem zero) entre educação e status ocupacional mais elevada na geração dos filhos do que na dos pais.

Contudo, por se referirem a áreas geográficas restritas e por utilizarem dados não comparáveis, essas pesquisas não permitem generalizações mais abrangentes e, sobretudo, não poderiam oferecer respostas para algumas indagações de ordem mais específica.

Em que medida as relações focalizadas variam de regiões mais industrializadas que oferecem oportunidades de trabalho mais numerosas e diversificadas, e sistemas educacionais mais desenvolvidos, para regiões onde grande parte da população é analfabeta, os níveis de escolaridade são baixos e a oferta de emprego é mais restrita? Em que medida as dificuldades e limitações para a obtenção de certos graus de escolaridade derivados da posição sócio-econômica da família são os mesmos para filhos de um e outro sexo? Se uma vantagem relativa no mercado de trabalho associa-se a uma escolaridade mais elevada, em que medida tal vantagem se aplica indistintamente a homens e mulheres? A pessoas provenientes de diferentes camadas sociais?

A questões como essas se dirige este trabalho que, entretanto, não tem a pretensão de apresentar qualquer avanço teórico ou metodológico no tratamento do tema. Utilizando-se técnicas de análise elementares, compatíveis com a natureza dos dados, procura-se investigar co-

<sup>1</sup> Vide, a propósito, as reflexões de Dore (1976) a respeito de situações verificadas em diversos países.

mo certos aspectos do problema se configuram numa sociedade em que, ao lado de notável expansão de certos níveis de ensino, parcelas ponderáveis da população não atingem a escola ou por ela passam de raspão.

Nem todos os aspectos de interesse podem ser aprofundados com os dados da PNAD-1973, que são os únicos aqui utilizados. Contudo, apesar de suas limitações, esses dados oferecem informações que não se encontram em outras fontes<sup>2</sup>.

No que respeita a variações regionais, que poderiam ser investigadas a partir do que ocorre em cada uma das áreas do país, a opção, neste trabalho, é por uma comparação entre o Estado de São Paulo e o Nordeste. Essas regiões apresentam características diametralmente opostas no que se refere à dinâmica de geração de empregos

e capacidade de absorção de mão-de-obra, constituindo-se a primeira, como se sabe, em pólo de atração e a segunda em área de expulsão de pessoas que procuram emprego. Paralelamente, marcadas diferenças entre as duas regiões se manifestam nos indicadores de desenvolvimento educacional.

A dimensão da amostra permitirá certa desagregação segundo a idade dos trabalhadores. Por outro lado, diferenciando-se dos estudos mencionados, bem como de análises recentes sobre mobilidade que também utilizam dados da PNAD-73 mas só se referem a trabalhadores masculinos (Pastore, 1979; Costa, 1977; Silva, 1979), este trabalho focaliza a relação entre origem social, escolaridade e status ocupacional também no que respeita a mulheres.

---

## A DETERMINAÇÃO SOCIAL DA EXTENSÃO DA ESCOLARIDADE

---

O problema das desigualdades educacionais associadas à origem social, tem inspirado inúmeras pesquisas, das quais tem resultado abundante material empírico e teorias várias (Husén, 1972; Boudon, 1974). Uma das mais difundidas é a de Bourdieu (1975), que centra a argumentação em torno das funções que o sistema escolar desempenha como instrumento de reprodução da estrutura de classes.

Na verdade, o fenômeno revela notável persistência. Mesmo em países que passaram por profundas transformações político-econômicas, mantêm-se certos graus ou formas de desigualdade educacional, o que sugere que a questão não se resolve inteiramente com a oferta de vagas ou incentivos governamentais e nem mesmo com a alteração das condições materiais que, na família, restrin-

gem ou dificultam a freqüência à escola e o prosseguimento da escolaridade (Markiewicz-Lagneau, 1969; Katz, 1973).

Parece razoável supor que a importância relativa das diferentes ordens de fatores responsáveis pelas desigualdades na extensão da escolaridade varie não só em função da abrangência e de certas características estruturais do sistema escolar como, também em função do grau em que estejam atendidas outras necessidades ou aspirações da população. Quando grande parte dos indivíduos não tem acesso à escola ou apresenta níveis de escolarização muito baixos, o que ocorre, como se verifica no Brasil, em grupos cujas condições materiais de vida também são extremamente precárias, o efeito positivo de certa elevação da renda familiar pode ser acentuado, como sugerem os dados analisados por Schmidt e Miranda (1977) referentes à área metropolitana de Belo Horizonte. Quando, porém, se trata de grupos que se encontram em situação econômica mais favorável, o fenômeno das desigualdades provavelmente se conforma de modo diferente, tornando-se então sensível a importância de fatores outros que não simplesmente a renda da família. Nesses casos, a análise de trajetórias individuais a partir da condição familiar haveria certamente de revelar a influência, ora de atitudes altamente favoráveis a uma escolaridade mais prolongada, relacionadas inclusive com o valor simbólico que um diploma superior possa ter para a família, ora de capital cultural, consolidado através de duas ou mais gerações.

Ilustram a questão da importância variável dos diferentes fatores que atuam na determinação do grau de escolaridade as constatações feitas por Mello e Souza (1978), a partir de dados derivados da Pesquisa de Orçamentos Familiares realizada na cidade do Rio de Janeiro

---

<sup>2</sup> Grande parte das limitações dos dados deriva da própria natureza de pesquisa desse tipo que procedem a um corte transversal num processo de desenvolvimento societário e individual, superpondo, num "instantâneo" fases isoladas da carreira de pessoas que pertencem a gerações diferentes. Além disso, como em geral acontece em "surveys" abrangentes como os da PNAD, os problemas de mensuração não são negligenciáveis. Conforme alguns dados que aparecem em certas tabelas apresentadas neste trabalho fazem suspeitar, o título de ocupação registrado no questionário de coleta nem sempre deve corresponder à definição que levou à sua codificação na categoria em que se inclui. Por outro lado, o nível de escolaridade é sujeito a incorreções, derivadas, entre outras coisas, de ajustamentos que se fazem necessários em decorrência das transformações por que tem passado o sistema escolar. Alguns dos problemas de mensuração dificilmente poderiam ser superados, pois decorrem da própria complexidade da instância empírica e da maneira como esta se apresenta, ao longo da história, em regiões tão diversas como são as deste país.

em 1967-1968. A análise, feita controlando-se a idade dos sujeitos, indica que o efeito da renda familiar sobre a extensão da escolaridade somente se mostra significativo a partir da faixa correspondente ao (antigo) curso ginasial. O fato de não o ser na idade correspondente ao primário deve-se, segundo sugere o autor, à extensão, naquela cidade, da oferta de vagas nas escolas públicas, nesse nível de ensino. Porém, outra variável referente à origem familiar — a escolaridade da mãe — mostra importância significativa (independente de outros fatores) até a última faixa pesquisada, isto é, dos indivíduos entre 19 e 25 anos de idade.

Lamentavelmente, os dados utilizados neste trabalho não permitem determinar que características da família de origem teriam levado o indivíduo a atingir certo nível de escolaridade. Sobre os antecedentes familiares, a única informação disponível é a que se refere à ocupação do pai na época em que o sujeito começou a trabalhar.

A utilização desse dado, porém, envolve o problema de uma classificação das ocupações, pois seria impraticável tomar cada uma delas individualmente, dada a sua variedade e a maneira como se distribuem na população abrangida pela PNAD. O recurso seria a adoção de um esquema que as classificasse em categorias mais ou menos abrangentes. Partiu-se para isso de uma escala utilizada por pesquisadores da Fundação IBGE e que ordena as ocupações em seis posições, às quais correspondem determinados níveis médios de renda e educação, tal como se apurou a partir dos dados referentes aos indivíduos que, em 1970, desempenhavam cada uma das ocupações registradas no censo demográfico (Becker e Oliveira, 1975). Embora útil para outros propósitos, a redução a apenas seis categorias não se adequa perfeitamente aos objetivos deste trabalho; em decorrência mesmo do nível de agregação utilizado, essa escala negligencia distinções importantes entre certas ocupações, como, por exemplo, a natureza do local — rural ou urbano — em que estas se exercem.

Tentando uma desagregação que levasse em conta essa e outras características de que se reveste o exercício de certas ocupações, particularmente das que, suficientemente numerosas na amostra, permitiriam a constituição de parcelas significativas, chegou-se a uma classificação que desdobra horizontalmente alguns dos níveis da escala original. Tal desagregação foi orientada por noções de senso comum sobre as condições que cercam o exercício de determinadas ocupações, o ambiente profissional e a teia de relações que propiciam aos indivíduos que as desempenham. A suposição é a de que esses aspectos influenciam o estilo de vida da família e orientam as estratégias destinadas a assegurar o futuro dos filhos.

O nível VI, o mais elevado da escala original, foi desdobrado em duas categorias, a saber: a) Industriais e Altos Administradores de Bancos e Companhias de Seguros, e b) Profissionais e Técnicos de Nível Superior. O nível logo abaixo, V, subdividiu-se em três: a) Pecuaristas, Avicultores e outros proprietários de porte semelhante; b) Administradores do Serviço Público e Particular e c) Outros. No Nível IV, identificaram-se cinco grupos: a)

Comerciantes; b) Agricultores Proprietários; c) Trabalhadores Não-Manuais de Rotina; d) Mestres e Contramestres na Indústria e e) Outros de Nível Médio. O Nível III desdobrou-se em três categorias: a) Trabalhadores Qualificados ou Semi-qualificados na Indústria; b) Motoristas e c) Outros Trabalhadores Qualificados ou Semi-qualificados. Os dois níveis inferiores, II — Trabalhadores Urbanos não qualificados e I — Trabalhadores Rurais, foram conservados sem qualquer desagregação. Procurou-se, assim, delimitar, dentro de cada uma das categorias originais, certos subgrupos mais homogêneos; as ocupações que não puderam enquadrar-se nestes subgrupos foram classificadas na categoria "Outros" no nível correspondente.

Mesmo com esses desdobramentos, porém, o que se obtém são categorias internamente bastante heterogêneas, pois na maioria dos casos elas abrangem ocupações diversas. Entretanto, mesmo que a cada uma correspondesse um único título ocupacional, com isso não se afastaria a possibilidade de variações internas, pois uma mesma ocupação pode ser exercida em situações bem diferentes, das quais resultam recompensas monetárias e extra-monetárias diversas. Não se ignora que considerável heterogeneidade intra-ocupacional exista, pois ela está documentada nos dados sobre renda e educação referentes às pessoas que, em 1970, desempenhavam cada uma das ocupações registradas no censo<sup>3</sup>, manipulados pelos pesquisadores do IBGE que construíram a escala da qual se parte neste trabalho (Silva, 1974).

Por outro lado, a informação disponível sobre a educação é bastante grosseira, pois um mesmo grau de escolaridade pode representar níveis de desenvolvimento diversos conforme seja o tipo ou qualidade da escola que o indivíduo tenha freqüentado. É possível que, ainda quando tenham atingido níveis de escolaridade idênticos, indivíduos de origens diversas tenham tido oportunidades educacionais distintas, pois a segregação em função de diferenciações horizontais do sistema de ensino pode ocorrer desde o início da seqüência escolar.

Resta mencionar que a análise desenvolvida neste trabalho refere-se a indivíduos que se incluem na faixa dos vinte aos sessenta e cinco anos de idade. Presume-se que os trabalhadores que se encontram fora desses limites, por estarem no começo ou no fim da vida economicamente ativa, apresentam problemas peculiares, que complicariam a análise e tornariam os resultados menos claros. Embora no Brasil grande parte da população comece a trabalhar antes dos vinte anos (Pastore, 1979) e certa parte continue trabalhando depois dos sessenta e cinco, aqueles limites abrangem cerca de três quartos das pessoas ocupadas.

---

3. Para cada uma das ocupações registradas no censo de 1970, estimaram-se um Índice Social, ou seja, um valor médio ajustado, e a respectiva variância.

## SEXO MASCULINO

Dos indivíduos do sexo masculino filhos de trabalhadores rurais residentes no Estado de São Paulo, um quinto é analfabeto e cerca da metade, embora alfabetizada, não chegou a completar o curso primário (Tabela 1). Entre os filhos de trabalhadores urbanos sem qualificação, as proporções de analfabetos e dos que têm escolaridade assim tão baixa são bem menores. Contrariamente, porém, ao que talvez se pudesse esperar, o perfil do conjunto classificado na categoria logo a seguir — filhos de trabalhadores manuais com diferentes graus de qualificação — aproxima-se muito do apresentado pelos filhos de trabalhadores urbanos não qualificados. Embora destes difiram por uma proporção maior com escolaridade posterior à primária, a eles se assemelham quanto ao nível modal, que é o primeiro em uma e outra categorias. Classificados como trabalhadores com alguma qualificação (nível III), os motoristas destacam-se, porém, nesse grupo por mais freqüentemente propiciarem aos filhos o prosseguimento da escolaridade além do primeiro ciclo<sup>4</sup>.

Por outro lado, baixos níveis de escolaridade encontram-se entre os filhos de proprietários agrícolas, categoria classificada em nível mais elevado — IV — na escala original. Na verdade, a proporção dos que nem sequer completaram o primário é entre eles maior do que a verificada entre os filhos de trabalhadores urbanos sem qualquer qualificação. Assim, a acessibilidade e os incentivos à escolarização encontrados nas famílias de agricultores, mesmo quando sejam estes proprietários, são menores do que os existentes nas famílias mais pobres das zonas urbanas. Deve-se, contudo, notar que a heterogeneidade desta categoria é grande, classificando-se aí também os proprietários de minifúndios<sup>5</sup>.

Apesar de constituírem um grupo também bastante heterogêneo, os comerciantes, classificados, como os agricultores, no nível IV, já oferecem condições mais favoráveis à escolaridade dos filhos, pois estes, em maior proporção, ultrapassam a escola primária. Entretanto, no que respeita às possibilidades ou estímulos para os filhos obterem uma escolarização posterior à primária, a condição de comerciante não é tão favorável quanto a encontrada nas famílias de empregados de escritório e outros trabalhadores não manuais de rotina. Embora não se disponha de dados sobre o seu nível de instrução, não se pode afastar a hipótese de que, mais freqüentemente do que os comerciantes, esses trabalhadores talvez ofereçam aos filhos o capital cultural, que, como se sabe, favorece a realização escolar (Schmidt e Miranda, 1977; Mello e Souza, 1978). Por outro lado, também, é provável que a educação, nos projetos das pessoas que não dispõem de capital financeiro ou conexões no mundo dos negócios, se apresente como o único instrumento capaz de assegurar a preservação ou elevação do status da família.

Igualmente sugestivas são as constatações derivadas

do nível V, imediatamente superior. Neste nível, as condições favoráveis a uma escolaridade mais avançada são mais freqüentes nas famílias de administradores do setor público ou privado do que nas de pecuaristas, avicultores e outros proprietários.

Tendência semelhante verifica-se no topo da escala — nível VI. É entre os filhos de profissionais e técnicos de nível superior, e não entre os filhos de industriais e altos administradores de bancos e companhias de seguros, que se encontra a maior concentração de indivíduos com escolaridade superior completa.

## SEXO FEMININO

Diferenças relacionadas com a origem social verificam-se também quando se focaliza a situação das filhas. Contudo, pelo que indicam as porcentagens dos que conseguem completar pelo menos um curso de primeiro ciclo, a diferença entre os oriundos das camadas manuais e os das camadas não-manuais mais elevadas (níveis V e VI) é ligeiramente mais acentuada no grupo feminino do que no masculino. Assim, os efeitos da origem familiar sobre o nível de escolaridade se fazem sentir um pouco mais entre as mulheres do que entre os homens.

Isso em parte se relaciona com o fato de, em algumas camadas mais elevadas, a escolaridade mediana das mulheres ser superior à dos homens (Tabela 8).

Pode-se concluir, portanto, que, no tocante ao fenômeno focalizado, a origem social é importante para homens e mulheres (e um pouco mais para elas do que para eles) mas ser mulher não constitui uma desvantagem; ao contrário, em certas camadas pode até mesmo estimular o prosseguimento da escolaridade.

## NORDESTE

O grau de qualificação formal da população de 20 a 65 anos de idade residente na região Nordeste é bem inferior ao apresentado pelos indivíduos da mesma faixa etária residentes em São Paulo. Enquanto neste Estado os analfabetos constituem 12% no grupo masculino e 20% no feminino, naquela região, quer entre os homens, quer entre as mulheres, a taxa de analfabetos

4 Conserva-se nesta análise a escala educacional anterior à Lei 5692, pois essa é a classificação utilizada na PNAD-1973.

5 Interessantes, a esse respeito, são os dados apresentados por Todorov, relativos aos candidatos à Universidade de Brasília, que mostram serem as médias obtidas pelos vestibulandos que se declaram filhos de fazendeiros inferiores às dos provenientes das categorias urbanas, inclusive manuais (Todorov, 1977).

é de quase cinquenta por cento. Essas médias resultam principalmente do alto índice de analfabetismo prevalente entre os filhos de trabalhadores rurais bem como do fato de este grupo representar uma proporção elevada do total da força de trabalho. Entretanto, mesmo entre os que provêm de outras categorias, registram-se proporções consideráveis de analfabetos (Tabela 2).

A superioridade de São Paulo, observada também nos níveis de escolaridade dos alfabetizados, mostra-se ainda mais acentuada quando de sua população se excluem os que nasceram em outros Estados (Tabela 10). Mas é possível, por outro lado, que os migrantes que assim rebaixam o perfil educacional da população residente naquele Estado, apresentem uma escolaridade mediana superior à da população adulta remanescente nos Estados de origem.

No que respeita às desigualdades associadas à origem social, o Nordeste apresenta o mesmo padrão geral constatado em São Paulo, colocando-se os indivíduos provenientes das diferentes camadas sociais em posições relativas bastante semelhantes nas duas regiões. Isso torna-se perfeitamente visível quando o grau mediano de escolaridade dos trabalhadores provenientes de cada uma das camadas é tomado como ponto de referência para a comparação entre as duas regiões (Tabelas 8 e 9). Assim, mesmo exigindo níveis educacionais mais elevados, esse Estado não se apresenta em situação mais favorável que a região Nordeste, quando o critério é o da equidade na distribuição social da escolaridade.

A situação de São Paulo pode estar sendo afetada pela presença de migrantes provenientes de regiões menos desenvolvidas. Entretanto, seria impraticável, para investigar essa hipótese, recorrer a uma separação das pessoas que nasceram em outros Estados, como se fez em relação aos níveis globais de escolaridade, pois os *ns*, que já são muito pequenos quando se consideram todos os residentes classificando-os segundo a origem social, mais ainda se reduziriam com um fracionamento que incluísse também a naturalidade.

---

## ESCOLARIDADE E OCUPAÇÃO

---

### O PERFIL EDUCACIONAL DAS OCUPAÇÕES

O nível de agregação utilizado na definição das categorias ocupacionais não permite uma visão inteiramente adequada das discrepâncias entre as ocupações no tocante à escolaridade das pessoas que as desempenham mas, de qualquer forma, a Tabela 3 indica, como era de se esperar, que diferenças acentuadas se verificam não só quanto ao nível mas, também, quanto à homogeneidade interna das diversas categorias.

O que, porém, merece atenção nessa tabela são as diferenças entre os trabalhadores masculinos e femininos. Com exceção de três categorias — agricultores proprietários, pecuaristas e assemelhados, e mestres e contramestres na indústria — nas quais se encontram poucas mulheres, em todas as demais, o perfil educacional do grupo feminino é mais elevado que o do masculino. A superioridade das mulheres torna-se mais visível quando se considera a percentagem dos trabalhadores de um e outro grupo que foram além do curso primário completo. Significativo é o fato de essa diferença ser muito pequena nas categorias manuais e consideravelmente mais acentuada na maioria das categorias não-manuais, que abrangem ocupações mais prestigiosas.

A essas constatações acrescenta-se outra, igualmente reveladora dos padrões diferenciais de utilização da força de trabalho masculina e feminina<sup>6</sup>, referente às taxas de participação das mulheres na PEA, que decrescem, sensivelmente, dos grupos mais instruídos para os menos instruídos, como se verá.

Embora não se apresentem os dados referentes ao Nordeste, a situação nesta região constitui uma réplica, porém em níveis educacionais mais baixos, dos padrões diferenciais verificados em São Paulo.

### POSIÇÕES ASSOCIADAS A DIFERENTES GRAUS DE ESCOLARIDADE

#### CURSO SUPERIOR COMPLETO

Não obstante as diferenças de origem, a maior parte classifica-se como profissional ou técnico de nível superior. Mas há também uma parcela ponderável que se encontra em altos postos administrativos no setor público ou privado (Tabela 4).

A concentração em ocupações desses tipos varia um pouco em função da origem do indivíduo mas, de qualquer forma, para a grande maioria, um diploma superior se associa ao desempenho de uma atividade que se classifica nos dois níveis mais elevados da escala utilizada — V e VI. No entanto, entre os filhos de pecuaristas e outros proprietários de igual nível, bem como entre os filhos de trabalhadores rurais e, em menor extensão entre os filhos de comerciantes e agricultores proprietários, um diploma superior parece não "levar" com a frequência verificada na maioria dos casos a posições mais elevadas. As exceções, portanto, verificam-se preponderantemente entre indivíduos provenientes de famílias ligadas a atividades rurais. Seria interessante verificar se a situação dos indivíduos que fogem à regra se relaciona com o tipo de diploma superior obtido. Em caso afirmativo, a hipótese seguinte seria então a de uma relação entre ori-

---

<sup>6</sup> A respeito da dissimilaridade entre os sexos quanto à distribuição pelas diferentes ocupações no Brasil, *vide* Bruschini, 1979.

gem social e tipo de curso superior completado. Para a investigação dessas hipóteses, porém, não se encontra informação nos dados utilizados.

Deve-se notar, entretanto, que a desvantagem relativa sugerida é pouco freqüente, apresentando-se o curso superior, na grande maioria dos casos, associado ao exercício de uma ocupação de nível alto ou médio alto. Por outro lado, nem sempre as exceções constatadas representam desvantagem, pois o fato de um indivíduo não desempenhar uma ocupação classificada nesses níveis não significa necessariamente que o curso superior não lhe tenha trazido vantagem, pois o filho de um comerciante que preferiu ser comerciante, como o pai, por ter esse nível da escolaridade poderá ter-se estabelecido com um tipo de comércio mais vantajoso que a média dos negócios.

Por outro lado, diferentemente do que ocorre entre os trabalhadores masculinos, entre as mulheres com esse grau de escolaridade o exercício de ocupações classificadas nos dois níveis mais elevados não é tão freqüente, pois elas também se encontram, em extensão maior do que a registrada entre os homens, em ocupações não-manuais de rotina e outras de nível equivalente.

Verifica-se, ainda, que as empregadas naquelas ocupações mais elevadas são relativamente mais numerosas entre as que já provêm das camadas alta e média-alta ou, o que poderia parecer surpreendente, de famílias de trabalhadores manuais; um pouco mais freqüentemente do que as demais, as oriundas dos estratos médios tendem a permanecer em ocupações destes níveis. Aqui caberiam as hipóteses, primeiro, de uma relação entre tipo de curso e status ocupacional, segundo, de uma associação entre origem social e modalidade de curso, já sugeridas quando se analisou a situação constatada no grupo masculino.

Por outro lado, a situação, inesperada, das trabalhadoras provenientes das camadas manuais poderia explicar-se por características particulares desse grupo, a saber: por constituírem uma fração discrepante nessas camadas, cujos níveis de escolaridade são bem mais baixos, devem possuir qualidades pessoais ou condições de vida peculiares que as tornaram capazes de ultrapassar as dificuldades que a mulher encontra para empregar-se em posições mais elevadas. Contudo, essas especulações são feitas à base de *ns* muito pequenos.

Por outro lado, a proporção, entre portadores de diploma superior, de indivíduos que não exercem uma atividade econômica, embora relativamente pequena — 19% — é maior no grupo feminino do que no masculino, no qual o fato é raro.

## SEGUNDO CICLO COMPLETO

**M**esmo entre os homens, o credenciamento representado por um curso de segundo ciclo não se associa com tanta freqüência ao exercício de uma ocupação de nível elevado — V e VI (Tabela 5). Ao mes-

mo tempo, as discrepâncias observadas entre os diferentes grupos sugerem que esse grau de ensino mais freqüentemente é capaz de manter a posição de indivíduos que se originam das camadas mais elevadas do que de promover a mobilidade dos que provêm das camadas médias. (Porém, para os filhos de pecuaristas e proprietários de posição equivalente, o segundo ciclo não têm, com a mesma freqüência, sequer o "efeito" mantenedor de status, constatado nos demais grupos de nível médio-alto no qual essa categoria se situa.)

É concebível que aqueles que se mantêm em posições mais elevadas tenham concluído um curso correspondente ao segundo ciclo numa época em que este nível de escolaridade, bem mais raro, encontrava-se preponderantemente em famílias bem situadas. Entretanto, essa suposição não pode ser investigada, pois os *ns* não permitem um fracionamento destinado a controlar simultaneamente as variáveis origem social e idade.

A freqüência das mulheres que se encontram em ocupações de níveis mais elevados — V e VI — é menor ainda do que a registrada entre os homens. A maioria exerce atividades não-manuais de rotina, entre as quais se inclui o magistério primário (Tabela 5).

Por outro lado, a proporção das que não exercem uma atividade econômica eleva-se a 46%. Em todas as categorias de origem, essa condição é relativamente mais freqüente do que entre as que completaram um curso superior.

## PRIMEIRO CICLO COMPLETO

**R**elativamente rara (5%) entre os indivíduos de vinte e sessenta e cinco anos de idade incluídos na amostra da PNAD-73, referente ao Estado de São Paulo, a escolaridade de primeiro ciclo completo, como nível mais elevado atingido, mais freqüentemente se encontra entre indivíduos que desempenham ocupações classificadas como de nível médio (45%) do que entre os que se colocam em posições mais elevadas (19%). E, a esse respeito, as variações observadas não são de molde a sugerir uma interferência consistente da origem social, pois mesmo entre os que provêm das camadas mais altas, os que, com esse nível de escolaridade, atingiram uma posição tão favorável quanto a do pai constituem frações pouco numerosas (Tabela 11).

Por outro lado, mesmo apresentando esse grau de escolaridade, proporção não desprezível (36%), no total do grupo masculino, exerce ocupações manuais. Embora os números sejam relativamente pequenos para uma inferência com certo grau de segurança, a indicação é de que isso parece ocorrer um pouco menos freqüentemente entre os indivíduos que se originam de famílias de profissionais de nível superior, funcionários "white collar" e administradores (de diferentes níveis) de empresas privadas ou públicas do que nas demais categorias. Parece, assim, que de alguma forma essas famílias conseguem mais facilmente evitar que os filhos (que tenham apenas

esse grau de instrução) acabem exercendo ocupações manuais.

Entre as mulheres com esse nível de escolaridade, a proporção das que não exercem uma atividade econômica é ponderável — 61% — sensivelmente maior, portanto, do que a registrada entre as que completaram um curso de segundo ciclo. Entre as que trabalham, a maioria concentra-se em posições de nível médio: excluindo-se as raras (5%) que se encontram em posições mais elevadas, as demais desempenham ocupações manuais. No conjunto das trabalhadoras (assim escolarizadas, a ocorrência de uma ocupação desta natureza (manual) é praticamente a mesma verificada entre os trabalhadores masculinos com o mesmo grau de instrução. Por outro lado, porém, mais raramente do que o homem, a mulher atinge, com esse grau, uma ocupação que se classifique como de nível alto ou médio-alto. E nos poucos casos em que isso ocorre, uma presumível influência da origem social não é evidente.

#### PRIMÁRIO COMPLETO

**A** grande maioria (74%) dos homens que não foram além do curso primário encontra-se em ocupações manuais e, dentre estes, cerca de um terço é constituído de trabalhadores não-qualificados. Essa situação, que é mais generalizada entre os oriundos das camadas manuais, prevalece mesmo entre os que provêm de camadas mais favorecidas, sendo, contudo, um pouco menos freqüente entre os filhos de trabalhadores não-manuais de rotina e mais rara ainda entre os filhos de profissionais e técnicos de nível superior (Tabela 7).

Assim, a maioria dos indivíduos originários dos estratos médios e superiores que não foram além do curso primário encontra-se em ocupações de nível inferior e, portanto, por esse critério, teria baixado na escala social. É interessante notar que estes indivíduos constituem proporções maiores à medida que se passa das cortes mais antigas para as mais jovens (44%, 40%, 53% e 77%). A depreciação desse nível de escolaridade se torna, assim, cada vez mais difícil de ser neutralizada.

Entre as mulheres que não ultrapassaram o primário, o exercício de uma atividade remunerada significa mais comumente a situação de trabalhadora manual. As que se encontram em emprego de outra natureza constituem, independentemente de origem, frações relativamente pequenas, bem menores do que as registradas entre os homens com o mesmo nível de escolaridade.

Por outro lado, o decréscimo do exercício de uma atividade econômica se acentua entre as mulheres que completaram apenas o primário. Entre elas, quase três quartos não se incluem, pelos critérios adotados, na população economicamente ativa. Esta condição é mais freqüente ainda entre as analfabetas.

Dessa maneira, o efeito positivo da escolarização sobre a participação da mulher na força de trabalho, constatado em sociedades desenvolvidas, verifica-se igualmente

no Estado de São Paulo. A mesma tendência registra-se no Nordeste, embora nesta região as diferenças relacionadas com o grau de escolaridade sejam menos acentuadas, o que em parte se explicaria pela maior proporção de trabalhadores rurais aí existente. Na verdade, a relação entre escolaridade e participação na PEA deve ocorrer também em outras regiões, conforme sugerem os dados analisados por Miranda (1975) referentes ao país como um todo.

Entre os homens, que apresentam taxas de ocupação em geral muito mais elevadas, as flutuações relacionadas com o grau de instrução são pequenas e inconsistentes, ou seja, sem o nítido caráter monotônico observado entre as mulheres. E, por outro lado, o padrão não é o mesmo nas duas regiões, pois, em São Paulo, a taxa menos elevada se encontra entre os analfabetos, mas, no Nordeste, a participação destes se equipara à de outros grupos, o que também parece explicar-se pelas oportunidades, relativamente mais numerosas, de emprego no setor agrícola.

De um modo geral, porém, a relação entre origem social, escolaridade e ocupação apresenta, no Nordeste, padrões muito semelhantes aos verificados em São Paulo.

#### POSIÇÃO DOS INDIVÍDUOS QUE ULTRAPASSARAM O LIMITE EDUCACIONAL INERENTE À SUA ORIGEM

**U**ma visão mais geral da importância da educação pode ser obtida quando se comparam indivíduos que ultrapassaram e não ultrapassaram certos níveis de escolaridade (Tabelas 8 e 9).

Tais níveis foram estabelecidos a partir do exame do perfil educacional de cada um dos agregados constituídos pelos indivíduos provenientes das diferentes camadas sociais, definidas segundo o critério anteriormente descrito. Considerou-se como ponto divisório para a separação dos dois grupos o nível educacional em que incide a mediana da respectiva categoria. Como a variável educação não é contínua, os dois grupos não contêm o mesmo número de pessoas.

No Estado de São Paulo, entre os homens, a variação do nível em que incide o ponto divisório vai desde o primário incompleto, entre os filhos de trabalhadores rurais, a superior incompleto, no conjunto constituído pelos filhos de profissionais e técnicos de nível superior. Entre as mulheres, o ponto mais baixo é o mesmo e situa-se igualmente entre as filhas de trabalhadores rurais, porém, o mais alto fica um pouco aquém do verificado entre os homens (2º ciclo completo).

A proporção de homens que, por exercerem uma ocupação de nível mais elevado que a do pai, presumivelmente ascenderem na escala social é consideravelmente maior entre os "mais instruídos" do que entre os "menos instruídos".

Essa diferença prevalece em todas as categorias; na



verdade, na maioria dos grupos de origem não-manual relativamente raros são os que ascenderam sem terem ultrapassado o "limite" educacional de sua categoria. Mesmo nos grupos de origem manual, a condição de "menos instruído", só não se mostra tão adversa, no que respeita à mobilidade, para os indivíduos que se originaram das duas camadas inferiores — filhos de trabalhadores rurais e de trabalhadores urbanos sem qualificação. A taxa relativamente alta de mobilidade (61%) registrada entre os primeiros reflete o intenso processo de urbanização verificado naquele Estado a partir da década de quarenta. Cabe dúvida, porém, se esse movimento pode ser configurado como ascensão, inclusive porque na elaboração da escala original não se pôde considerar a renda não monetária dos trabalhadores rurais.

Quanto aos filhos de trabalhadores urbanos sem qualificação que ascenderam sem terem ultrapassado o limite educacional inerente à sua categoria de origem, a maioria (80%) encontra-se em ocupações manuais qualificadas ou semi-qualificadas, para as quais a capacitação pode ser adquirida mediante a aprendizagem em serviço.

Também entre os "mais instruídos" é entre os filhos de trabalhadores rurais e de trabalhadores urbanos sem qualificação que se encontram as maiores taxas de mobilidade ascendente. Significativamente, porém, entre estes últimos, a maioria dos que ascenderam encontra-se em ocupações não-manuais classificadas na posição IV. Assim, uma escolaridade relativamente mais elevada lhes teria permitido subir mais alto do que aqueles que ascenderam sem terem ultrapassado o limite educacional correspondente à sua origem.

No que se refere às mulheres, claras são também as indicações a respeito da relação entre educação e mobilidade. Entre as que exercem uma atividade remunerada, a ascensão, caracterizada a partir da posição ocupacional do pai, é sensivelmente mais freqüente no grupo das que ultrapassaram certos níveis de escolaridade do que no das que não o fizeram.

A importância da educação é particularmente significativa para as provenientes de certas camadas. Na verdade, nos grupos "mais instruídos" oriundos da camada manual mais elevada, as taxas de mobilidade ascendente são maiores entre as mulheres do que entre os homens. Ao contrário, entre os trabalhadores provenientes das camadas não-manuais, que apresentam em geral taxas menores, a escolaridade além dos limites identificados favorece mais a mobilidade dos homens que a das mulheres. Assim, nem mesmo quando ultrapassam os níveis de escolaridade mais comumente encontrados entre as suas iguais, as mulheres de origem não-manual usufruem as mesmas oportunidades de ascensão que se oferecem aos homens. Ou seja, quando a ascensão se torna mais difícil, como indicam as menores taxas de mobilidade verificadas nessas camadas, as dificuldades se agravam mais ainda para as mulheres.

As taxas relativamente altas, mais elevadas do que as registradas entre os homens de igual condição, verificadas entre as mulheres provenientes de certos grupos manuais, talvez se expliquem pelo aproveitamento da

mão-de-obra feminina em empregos, que pressupõem alguma escolarização, surgidos em certos níveis do setor terciário em decorrência da comercialização de serviços que anteriormente se executavam no âmbito doméstico (cabeleireira, ajudante de enfermagem, etc.), bem como da "multiplicidade de grandes estabelecimentos comerciais onde o elemento feminino predomina entre os balconistas", como bem assinalam Madeira e Singer (1973) quando apontam o "crescimento explosivo" do número de comerciárias entre 1940 e 1970. Dessa forma, se, pelo critério adotado, as taxas de mobilidade ascendente entre os indivíduos provenientes daqueles grupos mostram-se mais elevadas entre as mulheres do que entre os homens, parte considerável dessas mulheres talvez se encontre em ocupações cujos retornos monetários podem ser até mesmo inferiores aos que auferem os homens que permaneceram em certas ocupações manuais.

No Nordeste, como em São Paulo, entre os homens como entre as mulheres, as percentagens de trabalhadores que se encontram em ocupações de nível mais elevado que o da ocupação paterna são sensivelmente maiores entre os "mais instruídos" do que entre os "menos instruídos" (Tabela 9).

Por outro lado, quer entre os primeiros, quer entre os segundos, as taxas de mobilidade ascendente, estimadas por esse critério, são menores no Nordeste do que naquele Estado.

Antes de prosseguir a análise convém ponderar, no entanto, que, por mais claros e reiterativos que sejam os indícios sobre a relação entre educação e mobilidade, não se pode, mesmo que se controle a origem social, como se faz, afastar a hipótese de que certas condições, as mesmas que levaram o indivíduo a ultrapassar o nível de escolaridade prevalecente entre os seus iguais, poderiam ter facilitado o acesso a posições mais elevadas.

## IDADE, ESCOLARIDADE E OCUPAÇÃO

A conveniência de se proceder a uma desagregação dos dados segundo a idade dos trabalhadores torna-se evidente quando se examina o perfil educacional dos diferentes grupos etários (Tabela 10). À medida que se passa dos grupos mais velhos para os mais jovens eleva-se monotonicamente o nível de escolaridade, resultando, assim, acentuadas as diferenças entre os grupos extremos, particularmente no que se refere às proporções de pessoas analfabetas e sem escolaridade primária completa. Essas diferenças refletem a expansão das oportunidades educacionais, que tem ocorrido concomitantemente com o processo de urbanização do país.

Por outro lado, também, poder-se-ia supor que a vantagem representada por certo grau de escolaridade acabaria manifestando-se antes numa fase um pouco mais avançada do que no início da carreira produtiva.

Outra hipótese, entretanto, é a de que a educação constitui mais um credenciamento para a obtenção de um emprego de certo nível do que um potencial para promoções futuras. Na verdade, as duas hipóteses não são mutuamente exclusivas, pois é possível que, dependendo dos critérios de admissão e promoção, que se supõe não serem uniformes ao longo da extensa gama de firmas e entidades onde se encontram empregos, bem como de características particulares de certas atividades, a educação afete a posição ocupacional mais de uma que de outra maneira.

Os dados apresentados a seguir indicam em que medida os fatos sugeridos pelo exame do agregado constituído pelos indivíduos de 20 a 65 anos prevalecem ou se modificam em cada um dos grupos etários em que se divide a amostra. A interpretação desses dados, porém, apresenta alguns problemas dificilmente contornáveis pois, além da expansão geral da escolaridade, que se reflete na elevação do perfil educacional das diferentes coortes, acima indicada, transformações importantes têm-se verificado na economia do país. Tais alterações terão redundado em oportunidades de emprego diferentes, bem como em requisitos educacionais diversos, para os que entraram no mercado de trabalho há menos ou há mais tempo.

## SEXO MASCULINO

### PRIMÁRIO COMPLETO

Conforme se indicou, a grande maioria dos que não foram além do curso primário encontra-se em ocupações manuais. Entretanto, a proporção dos que tendo completado apenas esse grau fugiram à regra colocando-se em empregos mais elevados não é a mesma nos diferentes grupos etários. Entre os indivíduos mais velhos, ou seja, entre os que ingressaram na força de trabalho há mais de vinte anos e que em 1973 ainda desempenhavam uma ocupação, mais de um terço se classifica em ocupações não-manuais. Essa proporção decresce entre os trabalhadores do grupo imediatamente menos antigo e torna-se menor ainda no grupo dos mais jovens, entre os quais raramente o curso primário completo corresponde a uma posição não-manual (Tabela 11).

Por outro lado (embora por razões de ordem prática, o fato não possa ser documentado com os dados dessa tabela) quer entre os mais jovens quer entre os mais antigos, a obtenção de uma ocupação dessa natureza (não-manual), tendo o indivíduo concluído apenas o primário, tende a ser um pouco menos freqüente entre os filhos de trabalhadores manuais do que nas demais categorias de origem.

## PRIMEIRO CICLO COMPLETO

Conforme se verificou, no conjunto dos trabalhadores masculinos, as ocupações de nível médio são as mais freqüentes entre os que não foram além do primeiro ciclo. O fato prevalece em todas as faixas etárias. Por outro lado, também, em todas as faixas encontra-se certa proporção em ocupações manuais, proporção essa, entretanto, que é maior no grupo mais jovem do que nos três grupos mais antigos. Embora em graus variados, essa diferença entre as faixas etárias ocorre na maioria das categorias de origem. Assim, menos freqüentemente do que no passado, um certificado de primeiro ciclo permite hoje evitar uma ocupação manual. Ao mesmo tempo, menos freqüentemente do que no passado esse grau de escolaridade se mostra compatível com uma ocupação de nível alto ou médio-alto.

## SEGUNDO CICLO

Mais freqüentemente do que a escolaridade de primeiro ciclo, a de segundo se associa ao desempenho de uma ocupação daqueles níveis. Essa vantagem prevalece em cada um dos quatro grupos etários em que se divide a amostra. Por outro lado, como ocorre também com o grau de escolaridade anterior, a freqüência de indivíduos que, não tendo ido além do segundo ciclo, desempenham ocupações daqueles níveis mais elevados é sensivelmente menor entre os trabalhadores mais jovens do que entre os mais velhos (com a aparente exceção dos que têm entre 51 e 65 anos de idade, na amostra um grupo pequeno). A indicação, portanto, é a de que também este grau de escolaridade, que é relativamente mais raro, já tem perdido valor como credencial para a obtenção de ocupações de nível alto ou médio-alto.

## SUPERIOR

A vantagem de um diploma superior sugerida pelos dados referentes ao conjunto dos trabalhadores manifesta-se em todos os grupos etários, mesmo no mais jovem, onde a escolaridade desse grau é mais difundida. Assim, a acentuada expansão das matrículas nesse nível de ensino, verificada nos últimos anos, ainda não se refletia negativamente na posição ocupacional dos indivíduos do sexo masculino que, em 1973, já haviam obtido emprego. Contudo, com esses dados nada se pode concluir a respeito de sua situação quanto à renda. E a este respeito, pode-se aventar a hipótese de que as discrepâncias salariais entre os portadores de diploma superior sejam maiores no grupo mais jovem do que nos mais antigos.

## SEXO FEMININO

### PRIMÁRIO

Como ocorre entre os homens, a grande maioria das trabalhadoras que não foram além do curso primário encontra-se em ocupações manuais. Porém, diferentemente do que acontece entre eles, não se pode dizer que a situação do grupo mais jovem, com menos de trinta anos, no que respeita à incidência do trabalho manual, seja diferente da verificada no grupo mais antigo. De fato, a comparação possibilitada pela Tabela 11, acima mencionada, sugere que, se para o homem com esse nível de escolaridade as oportunidades de trabalho eram melhores no passado do que em períodos mais recentes, para a mulher já no passado não eram das mais desejáveis.

### PRIMEIRO CICLO

Dentre as que completaram mas não foram além do primeiro ciclo, a maioria encontra-se em ocupações de nível médio; as diferenças registradas entre os grupos etários não são estatisticamente significativas.<sup>7</sup>

### SEGUNDO CICLO

Entre as trabalhadoras que não ultrapassaram o segundo ciclo, a maioria encontra-se também em ocupações de nível médio. Como, porém, as proporções em ocupações deste nível são maiores do que as registradas no grau de escolaridade anterior, conclui-se que o risco de exercer um trabalho manual decresce com a obtenção de um certificado deste nível.

Por outro lado, as diferenças entre as faixas etárias quanto à frequência de uma ocupação de nível alto ou médio-alto, indicadas na tabela citada, embora não sejam estatisticamente significativas, são consistentes na direção teoricamente esperada. Assim, por esse critério, também entre as mulheres a importância do segundo ciclo para a obtenção de uma posição mais elevada teria diminuído.

### SUPERIOR

Muito pequeno na amostra (apenas 2) é o número de trabalhadores com mais de cinquenta anos que têm escolaridade superior completa, de modo que, eliminando-se essa faixa mais antiga, a indicação, sugerida pela comparação entre as demais faixas etárias, seria a de que, para as mulheres, esse

grau de escolaridade teria perdido valor como credencial para a obtenção de emprego em nível alto ou médio-alto. Contudo, a diferença observada não chega a ser estatisticamente significativa.

### IDADE E PARTICIPAÇÃO NA PEA

Além dos fatos acima mencionados, a desagregação dos dados segundo a idade dos trabalhadores mostra que a participação da mulher na PEA, variando em função do seu nível de escolaridade, como já se indicou, varia também em função da idade, ou seja, aumenta monotonamente do grupo das mais antigas para o das mais jovens. Qualquer que seja o seu grau de escolaridade, desde que tenha vinte anos, tanto mais jovem a mulher, tanto maior é a probabilidade de que exerça uma atividade econômica. Nos dados utilizados, essa tendência se mostra mais acentuada em São Paulo do que no Nordeste, fato que provavelmente se relaciona com o vulto maior, nesta região, dos empregos no setor agrícola, que retém os indivíduos na PEA até uma idade mais avançada.

Relação semelhante entre idade e exercício de uma atividade econômica foi constatada, nos dados do recenseamento de 1970, por Miranda (1970). Para essa autora, as diferenças de participação relacionadas com a idade se deveriam ao aumento da escolarização feminina nas últimas décadas, a mudanças na atitude das mulheres em relação ao trabalho e à discriminação contra trabalhadores mais velhos em geral. Porém, conforme se aponta em outra parte deste trabalho, certa importância devem ter também as alterações verificadas na economia, que têm permitido a absorção de um maior número de mulheres sem uma correspondente expulsão ou rejeição de trabalhadores masculinos. Eles terão se deslocado para novos empregos, decorrentes de tais transformações.

Qualquer que seja o peso relativo dos diferentes fatores na determinação do fenômeno, a tendência, conforme mais claramente mostram os dados longitudinais referentes ao período entre 1920 e 1969, reunidos por Singer (1971), é a de uma crescente participação da mulher na força de trabalho. Esse aumento, porém, que se depreende dos dados relativos ao conjunto da população feminina, é o resultado de alterações nas taxas diferenciais de ocupação, relacionadas com a idade e o setor de emprego (agrícola ou não), que "em parte se contradizem e em parte se compensam" (Singer, *op. cit.*).

<sup>7</sup> Sempre que se faz referência a significância estatística, o teste utilizado foi o  $\chi^2$  ao nível de 0,05.